

EDITORIAL

A REVISTA JURÍDICA DO UNIARAXÁ tem se revelado como uma publicação significativa do Curso de Direito do Instituto de Ciências Exatas e Humanas – ICEH - do UNIARAXÁ e de suas pesquisas realizadas visando consolidar ações educativas em benefício de um objetivo comum: oferecer ao público leitor um periódico consistente e apreciado por sua função investigativa e democratizadora do conhecimento construído nos meandros da prática e do cotidiano jurídicos.

De forma a atender à missão institucional, o Curso de Direito deve favorecer ao graduando a aquisição de uma sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos jurídico-sociais. Tais premissas, aliadas a uma postura reflexiva e a uma visão crítica, conduzem ao incentivo da capacidade de trabalho em equipe, ao favorecimento de uma dinâmica de aprendizagem autônoma, proporcionando, em conseqüência, uma maior qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

Este exemplar da REVISTA JURÍDICA DO UNIARAXÁ apresenta artigos de pesquisa e de opinião com abordagens de diversas correntes doutrinárias e jurisprudenciais. Envolve temas referentes ao Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Empresarial, Direito Internacional, Direito Previdenciário, Direito Penal, dentre outros.

No artigo “Notas sobre a evolução dos direitos fundamentais”, Alberto de Magalhães Franco Filho, advogado, discorre sobre uma questão de suma importância. O tema revela comentários sobre o desenvolvimento dos direitos humanos e a mudança de padrões dos direitos individuais para os interesses transindividuais. O autor vê o estudo dos direitos humanos fundamentais como tema bastante complexo e desafiador, especialmente pela confusão teórica e normativa causada em razão da infinidade de termos empregados para simbolizá-los. Ressalta que os direitos humanos fundamentais são direitos essencialmente históricos, e demandam um olhar criterioso para a história.

Orientado pelo professor do UNIARAXÁ, Almir Garcia Fernandes, Hurlquis de Hollanda, graduado em Direito pelo UNIARAXÁ, em “As servidões minerais e sua natureza jurídica” discorre sobre a natureza jurídica das áreas de servidões minerais e sua aplicabilidade, proporcionando os elementos “vivos” de um empreendimento mineral, tais como sua concessão, desenvolvimento sustentável, áreas de conflitos. Na percepção do autor, tais servidões são necessárias aos

empreendimentos minerais existentes.

Em “O homicídio culposo e a lesão corporal culposa no trânsito envolvendo militares. Uma nova visão sobre a súmula 06 do STJ”, o Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, especialista em segurança pública e em Direito Administrativo, Benevides Fernandes Neto, discute sobre a possibilidade de uma nova interpretação da Súmula 06 do STJ, ou seja, a aplicação das regras contidas no CTB em relação a crimes automobilísticos quando autor e vítimas forem militares. O articulista entende que a utilização do CTB consente uma interpretação mais benéfica aos sujeitos ativos dos referidos delitos, concedendo-lhes os mesmos direitos aplicáveis aos demais usuários das vias públicas.

Bruno Barbosa Borges, bacharel em Direito UNIARAXÁ, advogado e mestrando em Direitos Humanos na Universidade do Minho/Braga/Portugal, escreve sobre os “Direitos Fundamentais na União Européia: Uma breve reflexão sobre a carta dos direitos fundamentais”. O autor apresenta um estudo sobre a Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia como um significativo instrumento de proteção destes direitos.

O professor e Vice-Presidente da ABRAMPPE – Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais, Edson de Resende Castro, disserta sobre “A vida pregressa como impedimento constitucional à candidatura”. O autor ressalta a exigência de exame da vida pregressa dos candidatos à disputa eleitoral como forma de se impor um exemplo mínimo de moralidade e probidade como ato de legítima defesa da ordem democrática.

O artigo “O perfil do menor infrator e das infrações cometidas na região de Araxá-MG no período de 2004 a 2007”, texto de orientação da Profa. do UNIARAXÁ Eliana Maria Pavan de Oliveira, juntamente com a aluna Vanusa Aparecida de Resende – bolsista de Iniciação Científica (PROBIC/UNIARAXÁ) – apresenta uma investigação sobre questões que têm dado origem a muitos estudos e pesquisas à medida que aumenta a preocupação social acerca de infrações cometidas por menores. Sugere a implantação de programas que ressaltem o “ócio criativo” e a disseminação de valores culturais, religiosos, morais e humanos em crianças e adolescentes.

No texto “Aspectos controversos acerca da separação e divórcio extrajudiciais”, Eugênio Guedes de Oliveira, bacharel em Direito, analisa a questão do disposto no artigo 1124-A do Código de Processo Civil, que torna possível de serem processados a separação e o divórcio consensuais pela via administrativa. O articulista apresenta a interpretação dos referidos institutos.

Também bolsista de Iniciação Científica (PROBIC/UNIARAXÁ), sob a orientação do Prof. Francisco Ilídio Ferreira Rocha, o aluno do Curso de Direito, Otto Willy Brant Santos, faz uma análise da “Constitucionalidade da Lei Maria da Penha” frente à Constituição da República Federativa do Brasil, destacando os princípios da igualdade, da proporcionalidade da pena e da reserva legal.

Os advogados Gil Ferreira de Mesquita e Samuel Menezes Oliveira, em “As pessoas jurídicas como beneficiárias de assistência judiciária no processo civil brasileiro” indicam a possibilidade de concessão do benefício da gratuidade às pessoas jurídicas sob a ótica do acesso à justiça.

A questão “Dos juros de mora e da correção monetária no indébito tributário” é tema de orientação de monografia de Cláudia Rose Maia Barto, sob a orientação do professor do UNIARAXÁ, João Bosco Ferreira. O texto aponta para a evidência da inexistência de obrigação tributária para que caiba a devolução do que se pagou indevidamente a título de débito tributário, destacando o momento da incidência dos juros e da correção monetária, tendo por princípio evitar o enriquecimento sem causa.

No texto “Sistemas de solução de controvérsias no MERCOSUL e a arbitragem internacional como alternativa de solução de controvérsias privadas”, a advogada e professora do UNIARAXÁ, Maristela Aparecida Dutra Eustáquio, apresenta os mecanismos de solução de controvérsias vigentes no MERCOSUL e as principais implicações destes como força motriz para o avanço do MERCOSUL à fase do mercado comum.

O artigo “As *astreintes* no direito do consumidor: limites e possibilidades de aplicação e liquidação” apresenta as visões do Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rizzatto Nunes, arrazoando sobre a questão de sua relevância. O autor examina o instituto das *astreintes*, termo utilizado frequentemente pelo Poder Judiciário para fazer valer suas decisões nas obrigações de fazer e não fazer, notadamente nos assuntos que envolvem o Direito do Consumidor.

Ives Gandra da Silva Martins, professor Emérito da Universidade Mackenzie traz à reflexão os “Aspectos tributários da sucessão empresarial e da desconsideração da pessoa jurídica”. O autor tece considerações sobre os limites da responsabilidade tributária na sucessão, determinada pelo art. 133 do Código Tributário Nacional – CNT, aludindo, ainda, ao prescrito no parágrafo único do art. 116 do mesmo Código.

Todo empenho do UNIARAXÁ, na edição desta Revista, é resultado de um processo de qualidade que tem proporcionado aos nossos leitores o conheci-

mento de pesquisas relevantes desenvolvidas na área do Direito, fornecendo, desta forma, subsídios para publicação de material de alto nível que venha contribuir com a comunidade jurídica, e como pode ser visto nesta edição.

Diante disto, esperamos ter contribuído da melhor forma possível para essa área tão importante do conhecimento científico que é a Ciência do Direito.

Eliana Maria Pavan de Oliveira

Editora